

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZANOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**-----

-----  
Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA: -----**

1. Expediente. -----
2. Atas. -----
3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----  
--- a) Apoio às freguesias do Município de Santiago do Cacém;-----  
--- b) Apoio à Freguesia de Santo André.-----
4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----**

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro das Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio de Matos Gonçalves. -----

**Não compareceram os membros:** Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Maria da Conceição Pinela Pereira, António João Antunes Isidoro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, João Saraiva de Carvalho, António Albino e Carlos Jorge Canário Parreira. -----

**Verificou-se ainda a presença** do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha e dos Senhores Vereadores Maria Margarida Santos, Norberto Barradas, Albano Pereira, Daniela Martins e Francisco de Sousa. -----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:** -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

A Senhora Presidente deu conhecimento de que se faziam substituir, na presente Sessão, os senhores Hugo Ferreira e Ricardo Rico, eleitos do PS, pela Senhora Miriam Mascarenhas e Carlos Tomás, respetivamente, e os senhores João Saraiva de Carvalho e Carlos Parreira, eleitos da CDU, pelo Senhor Joaquim Maria e Vanda Correia, respetivamente. -----

-----  
**COMEMORAÇÕES DO QUADRAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA  
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA**-----

A Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal a proposta de realização de um programa de iniciativas para comemorar os quarenta anos da Constituição da República Portuguesa (CRP), mantendo para o efeito a parceria com o Movimento Democrático de Mulheres de Santiago do Cacém, alargada a outros órgãos do Poder Local Democrático, Movimento Associativo, Agrupamentos de Escolas e outras entidades coletivas do Município, no sentido de aprofundar os conhecimentos da população sobre a Lei Fundamental do País, divulgando e debatendo o seu conteúdo através de um programa devidamente estruturado.-----

Acrescentou que tinha dado conhecimento prévio aos representantes das Forças Políticas com assento na Assembleia Municipal da sua intenção de submeter esta proposta a Assembleia, a qual está aberta a ideias que queiram apresentar de formar a enriquecer o programa das iniciativas a desenvolver durante o ano em curso.-----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, considerando pertinentes as comemorações do aniversário da Constituição e análise das alterações ao documento ao longo dos anos.-----

Não tendo sido levantadas objeções, a **proposta foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----  
**-----ORDEM DO DIA:-----**

**1. Expediente**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de dezembro de dois mil e quinze, até ao dia dezoito de fevereiro de dois mil e dezasseis, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

**2. Atas**-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **ata nº 07**, da Sessão Ordinária de onze de dezembro de dois mil e quinze.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a ata, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

Não votaram os senhores Pedro do Ó Ramos, Joana Filipe, Rui Madeira dos Santos, Joaquim Maria e Vanda Correia, por não terem estado presentes naquela Sessão.-----

**3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

**--- a) Apoio às freguesias do Município de Santiago do Cacém;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias a atribuir em 2016, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações:-----

**Apoio para Freguesia**

*(VALORES EM EUROS)*

<b>JUNTAS</b>	<b>Correntes</b>	<b>Capital</b>	<b>Total</b> -----
Abela	4.474,68	13.921,07	18.395,75-----
Alvalade	6.088,17	25.611,30	31.699,47-----
Cercal do Alentejo	8.518,11	27.140,88	35.658,99-----

Ermidas-Sado	9.201,39	11.961,64	21.163,03-----
Santo André	39.709,00	14.504,63	54.213,63-----
São Francisco da Serra	15.962,27	7.839,40	23.801,67-----
União Santiago Cacem,S.Cruz e S.Bartolomeu	78.708,08	52.710,47	131.418,55-----
União São Domingos e Vale Agua	8.691,01	25.427,76	34.118,77-----
<b>TOTAL</b>	<b>171.352,71</b>	<b>179.117,15</b>	<b>350.469,86-----</b>

**FUNDAMENTOS: De facto: UM:** As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações;-----

**DOIS:** Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais;-----

**TRÊS:** Estas autarquias recebem transferências da Administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações que, inclusivamente, ora se viram alargados por força do Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----

**QUATRO:** Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências conferidas;-----

**CINCO:** Importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia. -----

**SEIS:** Tendo em conta que se encontram em preparação e discussão os acordos de execução que irão permitir a transferência de verbas para o exercício das respetivas atividades;-----

**SETE:** Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 dotações que englobam os apoios ora em causa. -----

**De direito: UM:** Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, conforme de acordo com o artigo 33.º n.º1, alínea ccc) do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

**DOIS:** Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara municipal, deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, de acordo com artigo 25.º n.º 1, alínea j) do supra citado regime.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, valorizando o apoio que a Câmara Municipal dá às freguesias, considerado que o mesmo é da maior importância para realização de obras que melhoram a qualidade de vida dos seus habitantes. Acrescentou que se tratava de uma parceria fundamental para responder às necessidades das populações, e tinha em conta o facto dos eleitos nas freguesias estarem mais perto da realidade das mesmas. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, questionou se haviam alterações nas verbas relativamente ao ano anterior. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que foram mantidos os mesmos valores. Acrescentou que as transferências do Orçamento de Estado para as juntas de freguesia não eram suficientes para o cumprimento das suas competências, sendo que o apoio da Câmara Municipal servia para minimizar esta situação, considerando que era desenvolvido um trabalho importante entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia,

reconhecendo e realçando também as muitas atividades que as mesmas concretizavam junto das populações.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

--- **b) Apoio à Freguesia de Santo André**.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

“**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação de apoio monetário no valor de 1 750€ (mil setecentos e cinquenta euros) para a Junta de Freguesia de Santo André para o desenvolvimento das suas atividades, de acordo com os fins que prossegue, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. -----

**FUNDAMENTOS: De facto: Um:** A Câmara Municipal de Santiago do Cacém está empenhada no desenvolvimento equilibrado e progressivo do Concelho, tomando medidas que traduzem a sua efetiva preocupação pela defesa e preservação do ambiente e da qualidade de vida da população, das estruturas e atividades culturais e desportivas do concelho de Santiago do Cacém;-----

**Dois:** A Câmara Municipal de Santiago do Cacém desenvolve ações de procura de apoios diretos ou indiretos às entidades e instituições que demonstrem realizar atividades relevantes e tem desenvolvido um conjunto significativo de apoios financeiros e logísticos a dezenas de associações de caráter cultural, desportivo, social e humanitário;-----

**Três:** A Sociedade Anónima Petróleos de Portugal – Petrogal S.A., (Petrogal) atribuiu ao Município de Santiago do Cacém (MSC) uma verba para apoio ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, ambientais e de solidariedade social do concelho, que veio proporcionar condições financeiras para que o MSC possa atribuir, um apoio financeiro de 1 750€ (mil setecentos e cinquenta euros) à Junta de Freguesia de Santo André, para que esta prossiga o desenvolvimento de atividades nas suas áreas de intervenção, contribuindo assim para o desenvolvimento social, cultural, ambiental e desportivo do município;-----

**Quatro:** A Junta de Freguesia de Santo André, contribui para o desenvolvimento, social, cultural, ambiental e desportivo do município, através das inúmeras atividades que realiza ao longo do ano.-----

**De direito: Um:** Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, conforme o previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

**Dois:** As freguesias dispõem de atribuições nos domínios da cultura, tempos livres, desporto, ação social e ambiente, nos termos do da alíneas d) f) e h) do n.º 2 do artigo 7.º do citado regime. “-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, questionando se havia alteração no montante daquela verba relativamente à que foi atribuída àquela Freguesia no ano anterior, no mesmo âmbito.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que aquela verba era igual à do ano transato.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

---

#### 4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de novembro e dezembro de dois mil e quinze e de janeiro de dois mil e dezasseis, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por questionar se já tinha sido contratado um Veterinário para o Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que já foi contratada uma Veterinária e que a sua integração decorria de forma satisfatória. -----

A Senhora Joana Filipe questionou, em seguida, sobre a data de conclusão das obras na EB nº 4 de Santo André e o impacto financeiro global das mesmas. -----

Solicitou também informação sobre o procedimento para a contratação da empresa externa, à qual foi adjudicado o fornecimento das refeições. -----

O Senhor Presidente informou que as obras de remodelação da cozinha daquela Escola estavam concluídas, acrescentando que se previa que a cozinha voltasse a funcionar no próximo dia vinte e quatro, e que até lá as refeições continuariam a ser fornecidas pela Escola nº1, através da empresa a quem foi adjudicado o seu fornecimento, com base nas normas de contratação pública, em vigor. -----

A Senhora Joana Filipe solicitou ainda alguns esclarecimentos sobre o valor da dívida de curto prazo, dado que tinha constatado que no documento havia dois valores diferentes relativos à mesma. -----

Mais referiu que saudava o Executivo Municipal pelo facto de se registar uma diminuição da dívida do Município a curto, médio e longo prazo, questionando sobre os valores da sua redução desde o início do mandato em curso. -----

O Senhor Presidente referiu que, posteriormente, daria os esclarecimentos e a informação sobre os valores solicitados. -----

A Senhora Joana Filipe solicitou também informação sobre o desenvolvimento das ações judiciais colocadas pela empresa Águas de Santo André ao Município, relativas ao pagamento da tarifa de saneamento dos efluentes domésticos da Cidade de Vila Nova de Santo André. Acrescentou que os municípios têm consciência desta situação e receiam que, caso os montantes em causa não sejam pagos pela Câmara Municipal, sejam eles a pagar. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal recordou que o litígio com a empresa Águas de Santo André se arrastava havia mais de dez anos, e que o mesmo resultava do facto de, aquando da extinção do Gabinete da Área de Sines, a gestão da água, em alta e em baixa, bem como o saneamento, continuar a ser feita por organismos da Administração Central, quando se tratava de uma competência dos municípios, em todo o País, sendo que a razão que motivou aquela opção foi o facto de estar em causa um serviço lucrativo que resultava do abastecimento, em alta, ao Complexo Industrial de Sines. -----

Acrescentou que o abastecimento de água à Cidade de Vila Nova de Santo André é feito pela Empresa Águas de Santo André, mas através das infraestruturas de saneamento básico que passaram para o Município, sendo depois tratada na Etar da Ribeira dos Moinhos, pretendendo aquela empresa que a Câmara Municipal pague o seu tratamento, quando é aquela empresa que vende a água aos residentes. -----

Mais informou que a Câmara Municipal considera que não é devedora deste serviço, pelo que, recorreu das várias ações que foram movidas por aquela empresa, as quais tem

vindo a ganhar na Primeira Instância, sendo que a mesma recorreu para o Tribunal de Relação, com base em acórdãos que não se aplicam à realidade do Município, tendo a Câmara Municipal recorrido para o Supremo Tribunal. -----

Deu ainda conhecimento de que, numa reunião recente com a empresa Águas de Santo André, tinha sido possível chegar a um acordo verbal com a mesma, o qual terá ainda de ser confirmado superiormente, no sentido de, no futuro, a população da Cidade de Vila Nova de Santo André começar a pagar a taxa de saneamento, como acontece com a restante população do Município, sendo que, nem a Câmara Municipal nem a população pagará o passivo desta situação.-----

Informou ainda que, no dia anterior à data da presente sessão, tinha participado numa reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente que tutela a empresa Águas de Portugal e autarcas de diferentes municípios, ao qual colocou este assunto, tendo aquele responsável do Governo se mostrado sensibilizado sobre com o mesmo, o qual já conhecia. Acrescentou que lhe parecia que estavam criadas as condições para a formalização do acordo sobre esta matéria que atrás referiu.-----

A Senhora Joana Filipe solicitou também informação sobre o ponto de situação do processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). -----

O Senhor Presidente informou que aquele documento tinha sido publicado no Diário da República, na data da presente sessão, culminando assim um processo iniciado havia oito anos, acrescentando que o mesmo entraria em vigor no dia seguinte, e que a sua concretização só foi possível graças ao elevado profissionalismo de uma equipa de técnicos da Câmara Municipal que se empenharam neste processo. -----

O Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, solicitou informação sobre o ponto de situação do assunto relativo às obras da A26/IP8 e sobre o troço, em túnel, nas Relvas Verdes, de acesso à mesma. -----

O Senhor Presidente referiu que foram vários os pedidos de reunião que dirigiu ao anterior Secretário de Estado e à empresa Infraestruturas de Portugal, para lhes colocar a situação daquelas obras, sem que tenha obtido resposta.-----

Informou que na última reunião do Conselho Estratégico da CIMAL, realizada havia pouco tempo, o Presidente da empresa Infraestruturas de Portugal, confrontado com aquela situação, apenas respondeu que se mantinha o conflito com a Concessionária a quem foram adjudicadas as obras. -----

Mais informou que solicitou audiência ao novo Secretário de Estado para tratar deste assunto e que continuava a aguardar a resposta ao pedido de reunião à empresa IP. -----

Relativamente à situação do piso no troço de acesso à A26/IP8, referiu que muitas pessoas pensam que a sua manutenção é da responsabilidade da Câmara Municipal, quando a mesma é da Concessionária das obras da A26/IP8, segundo informação da empresa Infraestruturas de Portugal, a quem já colocou o assunto. Acrescentou que se tratava de uma situação muito grave, a qual punha em causa a segurança do trânsito naquela via, com danos frequentes nas viaturas, o mesmo sucedendo no troço do IC1 entre Grândola e Alcácer. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, solicitou informação sobre a utilização dos campos municipais de futebol da Cidade de Santiago do Cacém, tendo em conta as divergências que se tem registado nos últimos tempos entre os clubes locais; Luvas Pretas e União Sport Clube, no que respeitava à disponibilização dos mesmos para os treinos, o que tem obrigado o Clube Luvas Pretas a treinar noutros locais. Acrescentou que gostaria de saber o que tinha sido estabelecido pela Câmara Municipal relativamente à gestão dos campos, se a Câmara tinha conhecimento daqueles factos e se ia intermediar a situação extremada entre aqueles clubes. -----

Concluiu, referindo que se tratava de uma situação muito desagradável para as crianças e que os pais estavam muito incomodados com estas questões.-----  
O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que no início do mandato em curso tinha sido assinado um Protocolo entre a Câmara Municipal e a Direção da União Sport Club, para gestão dos dois campos pela mesma, com regras bem definidas, e onde o Club Luvás Prestas estava contemplado. Acrescentou que, sendo o União Sport Club quem mais utilizava aqueles espaços, a Câmara Municipal considerou que era a entidade que melhor os podia gerir, acrescentando que, em caso de incumprimento do Protocolo, a Câmara Municipal poderá voltar a gerir diretamente aqueles espaços desportivos.-----  
Informou também que o Club Luvás Pretas era o resultado do projeto de uma escola de formação de futebol criada por um antigo jogador de futebol do Benfica, João Alves, a qual veio colmatar uma lacuna do União, acrescentando que, sendo inicialmente um projeto privado, deu depois origem a uma Associação sem fins lucrativos.-----  
Informou ainda que tinha tido conhecimento daquela situação, a qual considerava lamentável, acrescentando que, inicialmente, os clubes tinham chegado a um acordo sobre a utilização dos campos. -----  
Mais informou que já tinha transmitido aos responsáveis de ambos os clubes que situações daquelas não abonavam no que respeitava à formação dos miúdos.-----  
Acrescentou que irá reunir com os presidentes dos dois clubes, para uma abordagem conjunta da situação.-----

-----  
Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----  
Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. -----  
Não houve inscrições para o uso da palavra.-----  
Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----  
Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e duas horas e quinze minutos. -----  
Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

-----  
-----  
-----